

Tax Alert

Análise à Proposta de Lei do Orçamento do Estado

2026



Clique aqui
Versão Podcast

Vozes geradas por Ai



Pedro Fugas
Country Tax Leader

pedro.fugas@pt.ey.com

CONTACTOS

Lisboa

Avenida da Índia, nº 10, Piso 1,
1349-066 Lisboa
Tel: 217 912 000

Porto

Rua Direita de Francos, 165 14º
4100-211 Porto
Tel: 226 002 015



Clique aqui
Versão Podcast

Vozes geradas por Ai

Introdução

A Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2026 (“PL OE 2026”), apresentada dia 9 de outubro, pelo Governo, sai muito esvaziada de conteúdo, atendendo às várias medidas fiscais que foram, entretanto, anunciadas ou legisladas antes da apresentação desta proposta.

Entre as medidas mais emblemáticas que foram sendo tornadas públicas, no essencial, são de destacar:

- ▶ A redução da taxa nominal de IRC em 1 ponto percentual em cada ano de 2026 até 2028, ou seja, atualmente temos uma taxa nominal de IRC de 20%, a qual será reduzida para 19% em 2026, 18% em 2027 e 17% em 2028;
- ▶ A criação dos grupos de IVA, que consiste numa câmara de compensação de saldos, por forma a favorecer a tesouraria das empresas organizadas na forma de grupo societário e permitir a alocação de recursos ao desenvolvimento da atividade económica das entidades participantes;
- ▶ A Lei n.º 55-A/2025, de 22 de julho de 2025, que veio prever a redução das taxas de IRS em 8 dos 9 escalões, mantendo-se o nono e último escalão em 48%;
- ▶ Por último, as várias medidas fiscais, em sede de IRC, IRS, IVA, IMT, IMI e Adicional ao IMI, que constam do Plano Construir Portugal, anunciado em setembro e já aprovado

em conselho de ministros, que procuram responder à crise habitacional em Portugal.

Assim sendo e de forma sucinta, a PL OE 2026 prevê apenas e tão somente:

- ▶ A já esperada redução de 0,3 pontos percentuais nas taxas de IRS nos 2.º a 5.º escalões, o que já havia sido anunciado, bem como a atualização dos escalões de IRS em 3,51%, conforme Portaria publicada no passado dia 3 de outubro.
- ▶ Atualização de 2% dos valores dos escalões sobre os quais incide o IMT, bem como do valor máximo, de €330.539, para a isenção total de IMT aplicável a jovens até aos 35 anos na compra da primeira habitação.
- ▶ No IRC não se prevê qualquer alteração relevante.
- ▶ Nos impostos especiais de consumo, não há aumentos de taxas. Apenas se destaca o fim da isenção à produção de eletricidade e gás de cidade com determinados combustíveis fósseis. O fim do desconto do ISP fica fora do orçamento do estado, possivelmente, aproveitando um momento de redução de preços dos combustíveis nos mercados, por forma a não promover um aumento do preço ao consumidor final, conforme declaração do Ministro das Finanças.

- ▶ A eliminação do adicional de solidariedade sobre a banca, que já havia sido considerado inconstitucional, sendo que o Governo já anunciou que irá encontrar uma outra solução legislativa para substituir esta tributação adicional sobre o setor bancário.

Para caracterizar, em traços gerais, esta PL OE 2026, diria o seguinte:

- ▶ Temos uma PL OE 2026 sem qualquer alteração significativa e estrutural em matéria fiscal. Isto deve-se muito à estratégia do Governo de simplificação do documento orçamental, de forma a facilitar a sua aprovação na Assembleia da República, remetendo as medidas fiscais emblemáticas, que referi anteriormente, para discussão autónoma e à margem da discussão da PL OE 2026, assegurando a aprovação dessas mesmas medidas fiscais autónomas com os dois principais partidos da oposição, com quem o Governo já negociou medida a medida.
- ▶ Do ponto de vista macro-económico, esta PL OE 2026 foi preparada tendo por base uma estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”) em 2,3% em 2026, com uma estimativa de excedente orçamental de 0,3% do PIB para 2025 e de 0,1% para 2026, por oposição à previsão do Instituto Nacional de Estatística, veiculada pelo Banco de Portugal, que prevê um défice orçamental de 1,3% do PIB já em 2026, muito em consequência dos reembolsos dos empréstimos do PRR. Isto deixa ao Governo uma margem orçamental muito reduzida para futuras negociações com a oposição na Assembleia da República para a aprovação do próximo orçamento do estado de 2027, sendo que o

Governo tem por objetivo executar todo o PRR, ainda será necessário visitar pensões, bem como, seguramente, legislar medidas adicionais de reduções fiscais.

- ▶ Pouco foi falado, na apresentação da PL OE 2026 feita pelo Governo no passado dia 9 de outubro, do impacto que o acréscimo da despesa em matéria de defesa e segurança terá na execução orçamental de 2026 e nas previsões dos ditos excedentes orçamentais.
- ▶ Relativamente à dívida pública, esta deverá atingir cerca de 90,2% do PIB em 2025, reduzindo para 87,8% em 2026, continuando o seu trajeto de redução iniciado em 2021.
- ▶ Esta PL OE 2026 continua a privilegiar o equilíbrio das contas públicas, faltando ambição na redução da carga fiscal, essencialmente ao nível das empresas, como, por exemplo, no reforço dos incentivos fiscais ao investimento ou à valorização salarial, na redução da tributação autónoma conforme acordo em âmbito de concertação social, na redução progressiva da derrama estadual ou em cumprir a promessa feita pelo anterior Governo (também suportado pela coligação AD), em julho de 2024, no Programa Acelerar a Economia, de reduzir a taxa nominal de IRC para 15% até 2028 (ao invés dos 17% previstos). Aliás, espera-se que a receita fiscal, em 2026, venha a refletir um crescimento correspondente a 2.828 milhões de euros (ou seja aumento de 4,4%), face à estimativa de receita fiscal para 2025, ascendendo a 67.065 milhões de euros, o que se estima que possa representar 24,1% do PIB previsto para 2026.

- ▶ Em suma, ainda que haja um aumento da receita fiscal prevista para 2026, sendo este o primeiro ano em que se verifica a cobrança do imposto mínimo global (ou seja o Pilar 2, referente a 2024), não teremos um aumento de impostos, pelo que o aumento da receita fiscal advém essencialmente da evolução positiva tanto dos impostos diretos (1.055 milhões de euros), como dos impostos indiretos (1.773 milhões de euros), tudo decorrente do período de crescimento económico que Portugal vive. Por último, gostaria de sublinhar que, à semelhança dos dois últimos orçamentos do estado, vivemos um período de alguma estabilidade fiscal e continuidade da redução generalizada de impostos, embora de forma tímida, o que é um incentivo à competitividade da economia nacional e de atração de investimento.



Paulo Madruga

Partner

EY-Parthenon

paulo.madruga@parthenon.ey.com



Rui Faustino

Senior Manager

EY-Parthenon

rui.faustino@parthenon.ey.com

Perspetivas para a economia portuguesa (2025-2029)

À data de apresentação da PL OE 2026, o panorama macroeconómico europeu configura-se num ambiente de transição. Após as sucessivas subidas de taxas de juro pelo Banco Central Europeu entre 2022 e 2024, que elevaram o preço do dinheiro a níveis não vistos desde a crise financeira de 2008, a inflação na área do euro recuou progressivamente dos picos de 8% em 2022 para cerca de 2,3% em meados de 2025, aproximando-se do objetivo de 2%.

O abrandamento do crescimento global, a par da normalização das cadeias de abastecimento internacionais e da estabilização dos preços da energia, contribuiu para desacelerar a inflação importada. Ainda assim, o ambiente geopolítico permanece adverso: a guerra na Ucrânia prolonga-se sem perspetivas de resolução, mantendo a volatilidade dos mercados de energia, enquanto os conflitos no Médio Oriente e as disputas comerciais entre potências tecnológicas adicionam incerteza às cadeias de valor. Os indicadores de confiança empresarial e de consumo na zona euro situam-se em níveis abaixo da média de longo prazo, refletindo a persistente cautela face ao custo do crédito mais elevado e ao endurecimento das condições financeiras.

Num quadro em que o crescimento agregado da área do euro deverá rondar os 1,5% em 2025 e desacelerar moderadamente para cerca de 1,3% em 2026, a orientação da política fiscal tem assumido um posicionamento neutro, favorecendo investimentos em transição energética e digitalização. A moderação orçamental contrabalança o legado dos estímulos pandémicos e dos fundos de recuperação, preservando ainda

alguma margem para responder a choques adversos.

No caso português, a PL OE 2026 (ver Quadro 1) insere-se num ciclo em que a procura interna continua a sustentar a expansão económica, mas enfrenta um contexto externo desfavorável e desafios estruturais crescentes. Depois de um crescimento do PIB de 2,1% em 2024, com estabilização em 2025, as projeções apontam para um novo acelerar em 2026, em torno de 2,3%, num contexto de procura interna resiliente, mas condicionado pelo custo do crédito mais elevado e pela necessidade de desalavancagem das famílias. A inflação medida pelo IHPC reduziu-se de 2,7% em 2024 para 2,4% em 2025, beneficiando da descompressão dos preços de energia importada e da convergência da inflação subjacente, e deverá estabilizar em torno de 2,1% em 2026. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego mantém-se em níveis historicamente baixos (cerca de 6,1%), mas a escassez de mão-de-obra e o desfasamento entre salários e produtividade impõem reformas de qualificação e maior flexibilidade contratual.

Orçamentalmente, Portugal consolida a trajetória de equilíbrio, ainda que com uma redução do excedente: depois de superavit de 0,7% do PIB em 2024, espera-se um saldo praticamente equilibrado em 2025 (0,3%) e em 2026 (0,1%), sustentando a trajetória de redução da dívida para abaixo dos 90% do PIB já no próximo ano. O fim gradual do financiamento excecional do PRR reforça a urgência de diversificar as fontes de investimento público e promover parcerias público-privadas em infraestruturas críticas.

Em suma, o enquadramento macroeconómico europeu e nacional na PL OE 2026 conjuga um ajuste monetário quase concluído, um contexto externo cauteloso, e a necessidade de reformas estruturais para reforçar a produtividade, a coesão social e a sustentabilidade das finanças públicas.

Quadro 1 - Cenário e projeções macroeconómicas

	2024	2025 E	2026 P	2027 P	2028 P	2029 P
PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)						
PIB	2,1	2	2,3	1,6	1,8	1,8
Consumo privado	3	3,4	2,7	2,3	2,1	1,9
Consumo público	1,5	1,5	1,2	1,2	0,5	0,5
Investimento (FBCF)	4,2	3,6	5,5	-1,1	1,9	1,9
Exportações	3,1	1,5	1,8	2,4	2,5	2,5
Importações	4,8	4	3,6	1,6	2,2	2,2
Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)						
Procura interna	2,9	3,2	3,1	1,3	1,8	1,7
Procura externa líquida	-0,7	-1,2	-0,9	0,3	0,1	0,1
Evolução dos preços e desemprego						
IHPC	2,7	2,4	2,1	2	2	2
Taxa de desemprego (em % da pop. ativa)	6,4	6,1	6	5,9	5,9	5,8
Saldo orçamental e dívida pública						
Saldo Orçamental (%PIB)	0,7	0,3	0,1	-0,7	-0,7	-0,9
Dívida Pública (%PIB)	95,9	90,2	87,8	89,5	86,9	84,6

E- Estimativa; P - Previsão.

Fontes: 2024- Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais para; 2025 e 2026- Ministério das Finanças, PL OE 2026; 2027 a 2029 - Conselho de Finanças Públicas, Projeções de setembro 2025.

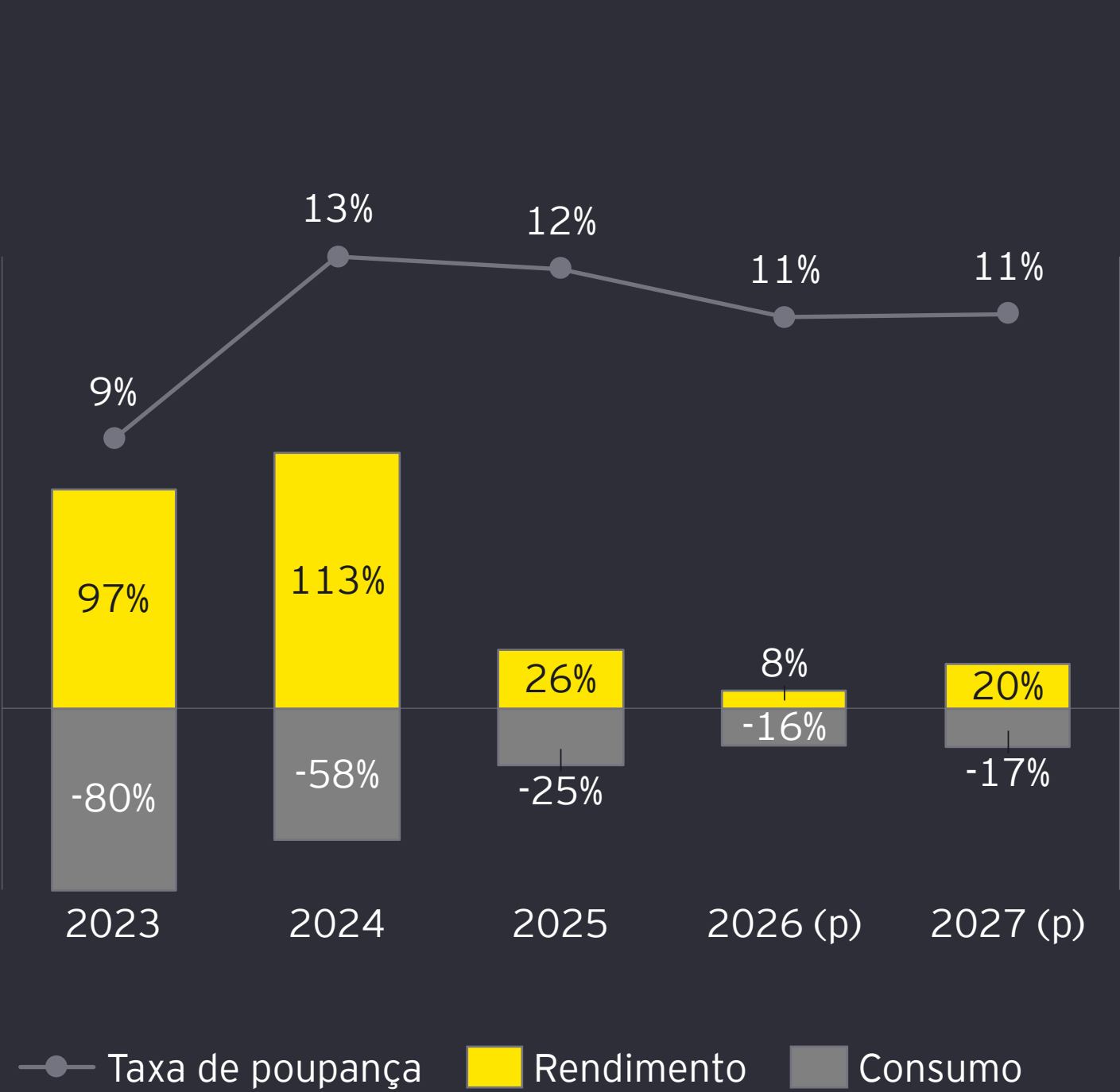
Depois de um ano de 2025 marcado por uma recuperação moderada do investimento, após a desaceleração registada em 2024, as perspetivas para 2026 apontam para uma consolidação desta trajetória de crescimento. O investimento deverá continuar a acelerar, embora num contexto marcado por condições de financiamento que se mantêm menos favoráveis do que na década anterior, com taxas de juro em níveis superiores e maior seletividade no acesso ao crédito. Esta aceleração conduzirá a um aumento das importações de bens de equipamento e a uma deterioração da balança de bens e serviços, refletindo a elevada componente importada do investimento nacional.

O investimento empresarial, que deverá ser o principal motor da aceleração projetada para 2026, enfrenta um contexto de condições de financiamento estruturalmente diferentes das observadas na década de 2010-2020. A manutenção de taxas de juro em níveis superiores ao do pré-pandemia aumenta o custo do capital, tornando projetos de investimento menos atrativos e incentivando as empresas a adotar uma postura mais cautelosa na avaliação de novos projetos. Este efeito é particularmente relevante para pequenas e médias empresas, que dependem mais do crédito bancário e têm menor acesso a fontes alternativas de financiamento, como mercados de capitais ou fundos de investimento.

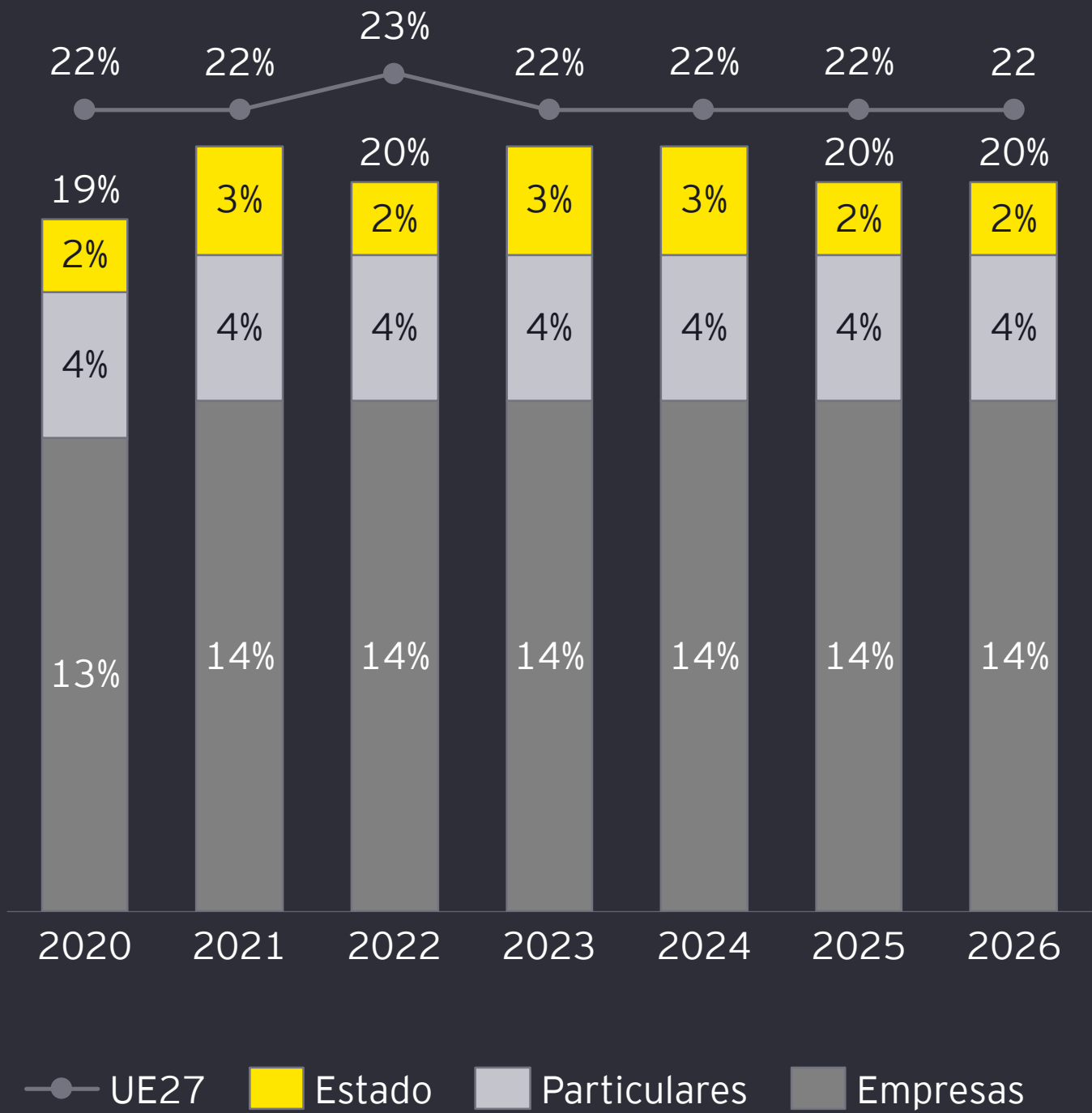
A análise do Banco de Portugal sobre o crédito às empresas revela que, embora as condições de acesso ao crédito tenham estabilizado após o ciclo de subida de taxas de juro do Banco Central Europeu, a seletividade das instituições financeiras aumentou, com maior escrutínio sobre a viabilidade dos projetos e a capacidade de serviço da dívida das empresas.

Evolução da poupança e do investimento

Contributos para a variação da poupança (esquerda, %) e evolução de taxa da poupança (direita, %)



Evolução da taxa de investimento em Portugal e UE27 (em % do PIB)



Fontes: Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais para Portugal e Eurostat para UE27, Banco de Portugal (2025) Boletim Económico, outubro.

As projeções para a economia portuguesa em 2025-27 da PL OE 2026 indicam que o consumo privado deverá manter um contributo significativo para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Após um dinamismo excecional em 2024, o crescimento do consumo tem sido influenciado pelas medidas orçamentais dirigidas ao reforço do rendimento disponível, tanto por via das prestações sociais, como pela redução da tributação do rendimento das famílias. Ainda assim, no período de 2025 a 2027, prevê-se um crescimento mais brando do rendimento disponível, face aos anos imediatamente após a pandemia. Esta moderação é atribuída a um arrefecimento do mercado de trabalho e ao impacto, tanto contemporâneo quanto desfasado, das medidas orçamentais. A taxa de poupança deverá diminuir ao longo do horizonte de projeção, impulsionada pela dissipação da incerteza e pelo alisamento do perfil de consumo. Apesar da descida, a taxa de poupança em 2027 (11,4%) deverá permanecer acima da média da década de 2010 (7,9%), num contexto de taxas de juro mais elevadas.

O cenário macroeconómico apresentado na PL OE 2026 antecipa a manutenção de um mercado de trabalho robusto, embora com sinais de estabilização após vários anos de forte crescimento do emprego. As projeções apontam para uma taxa de desemprego de 6,2% em 2025, ligeiramente inferior à registada em 2024 (6,5%), e uma estabilização em torno de 6,3% em 2026 e 2027, refletindo a maturação do ciclo económico e a desaceleração prevista do PIB.

Num mercado de laboral robusto, com desemprego estabilizado em níveis baixos e um crescimento do emprego a desacelerar progressivamente, os salários reais registaram crescimentos significativos em 2023-2024, superando a produtividade. No entanto, as projeções indicam uma moderação salarial a partir

de 2025, com os aumentos a alinham-se gradualmente com o crescimento da produtividade e a inflação próxima do objetivo de 2%. A exceção ocorreu em 2022, quando a inflação elevada resultou numa perda efetiva de salário real. A manutenção de crescimentos salariais sistematicamente acima da produtividade não é sustentável a longo prazo, devido ao

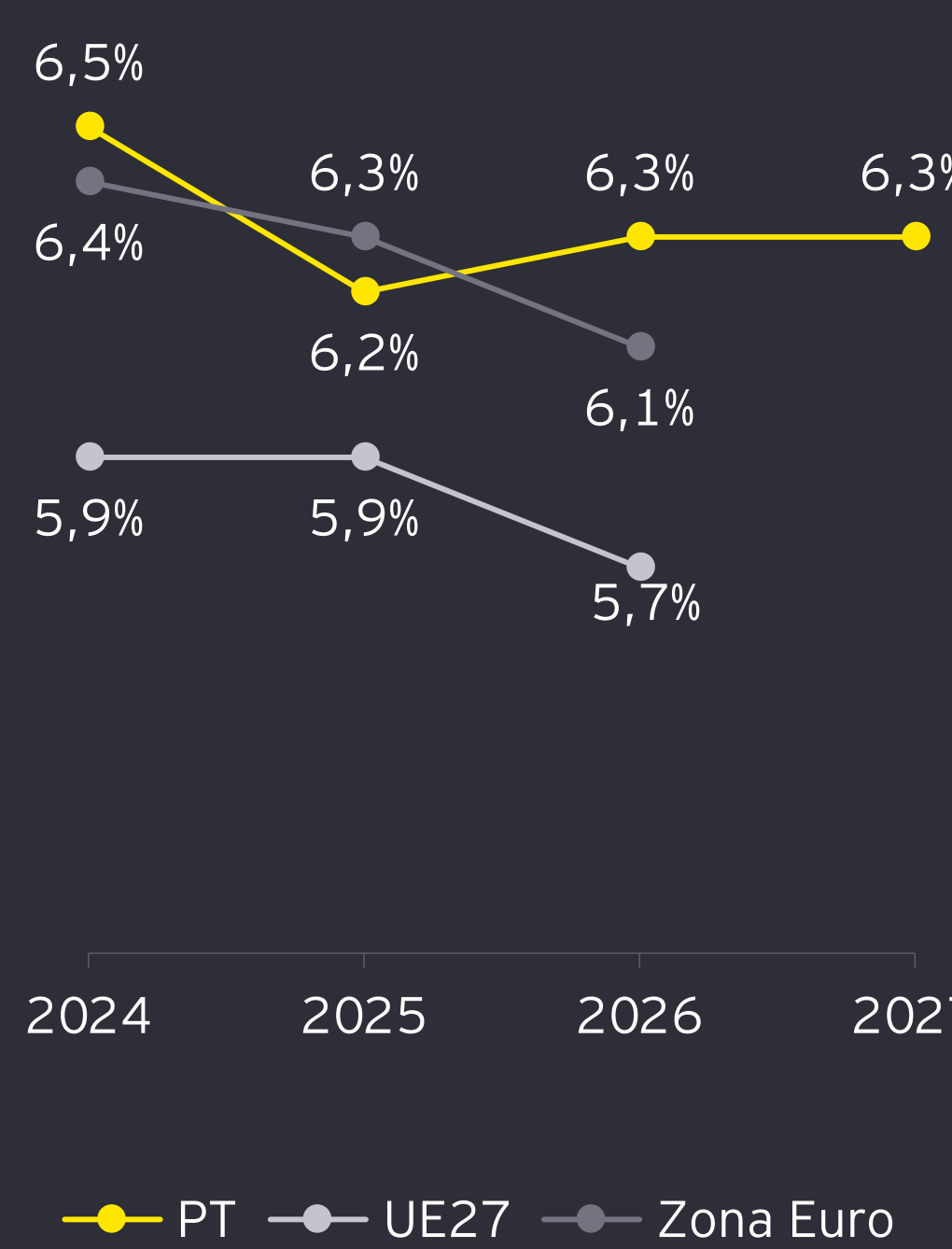
Mercado de trabalho

Evolução do salário real e produtividade aparente do trabalho (2018 = 100)



risco de erosão da competitividade da economia num contexto de irreversibilidade cambial. Contudo, as projeções atuais anteveem que este desalinhamento se atenua no horizonte de 2025-2027, com a produtividade a assumir um papel dominante no crescimento económico, mitigando preocupações imediatas de perda de competitividade.

Evolução das taxas de desemprego em Portugal, União Europeia e Zona Euro



Fontes: Banco de Portugal (2025) Boletim Económico, outubro, Eurostat, Comissão Europeia (2025), Spring Forecasts, maio.

Concluído o processo de desinflação iniciado em 2023 e completado de forma mais célere do que o antecipado na LOE 2025, a inflação em Portugal, medida pela variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá manter-se próxima da meta de 2% ao longo do horizonte de projeção. Após ter descido de cerca de 3,1% a meados de 2024 para aproximadamente 2,7% no final desse ano, a inflação deverá atingir 2,4% no final de 2025, antes de estabilizar em torno de 2,1% em 2026 e 2,0% em 2027, refletindo a estabilização dos preços da energia e o comportamento moderado da inflação subjacente.

A componente energética continuará a ser determinante para a evolução dos preços, embora com volatilidade menos pronunciada face aos anos anteriores, dado o ajustamento dos mercados internacionais e a maior diversificação das fontes de abastecimento. Ainda assim, o contexto geopolítico global, marcado pela persistência de tensões no Leste da Europa e no Médio Oriente, mantém riscos de novos choques de oferta que poderão temporariamente pressionar os preços em 2025.

IHPC Total

IHPC Total
(Taxas de variação homologas, em %)



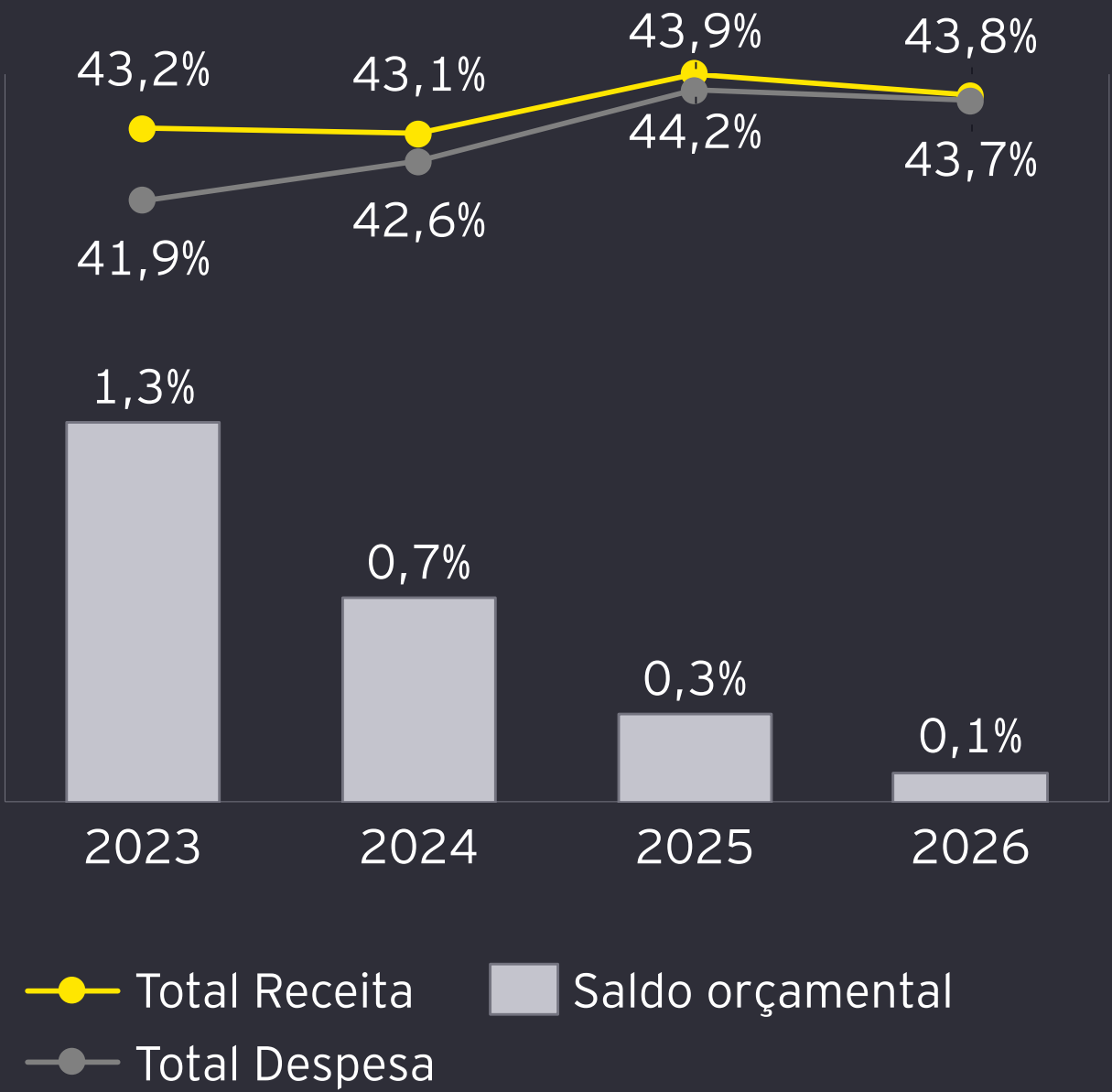
Fontes: Banco de Portugal (2024) Boletim Económico, outubro.

No plano orçamental, a PL OE 2026 projeta a manutenção de um saldo orçamental próximo do equilíbrio (uma previsão de excedente de 0,3% do PIB em 2025 e uma meta de 0,1% do PIB para 2026). Apesar do impacto dos alívios fiscais implementados em 2025, a receita total das Administrações Públicas deverá aumentar ligeiramente, beneficiando do crescimento da massa salarial, da melhoria da recolha contributiva e da normalização das receitas fiscais sobre o rendimento. Este comportamento compensará a moderação da receita proveniente do consumo privado, em linha com o abrandamento económico e a estabilização dos preços.

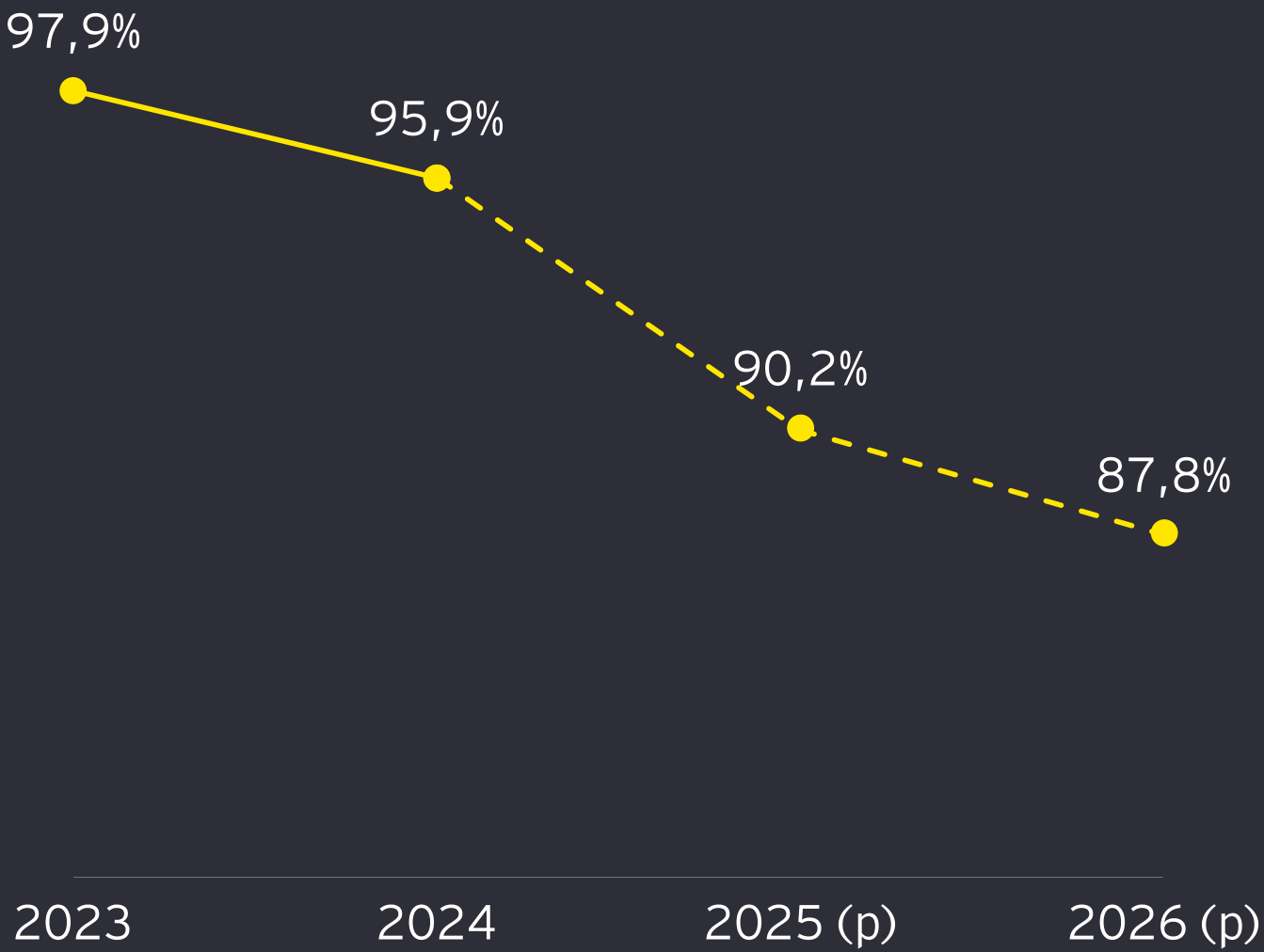
Apesar do contexto macroeconómico dos próximos anos ser menos favorável à consolidação das contas públicas que o observado 2022-2024, já que nesses anos o fenómeno inflacionista permitiu um crescimento extraordinário da receita fiscal e do PIB nominal (via deflator), a tendência de redução da dívida pública irá manter-se. Para 2025, o governo prevê que a dívida pública se reduza em 4,7 pontos percentuais, situando-se em 90,2% do PIB, conjugando o equilíbrio orçamental com o crescimento moderado do PIB nominal.

Projeções para as contas públicas

Projeções para a evolução da Receita e Despesa total e do Saldo Orçamental (em % do PIB)



Projeções para evolução da dívida pública (em % do PIB)



Fontes: 2024- Instituto Nacional de Estatística, Contas Nacionais para; 2025 e 2026- Ministério das Finanças, PL OE 2026; 2027 e 2028 - Conselho de Finanças Públicas 2024-2028

IRS

Imposto Sobre o Rendimento
das Pessoas Singulares



Clique aqui
Versão Podcast

Vozes geradas por Ai

1 IRS
Imposto sobre
o Rendimento das
pessoas singulares

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

PL OE 2026

Alterações nos escalões e nas taxas gerais

As taxas previstas na PL OE 2026 contemplam não só a atualização em 3,51% dos escalões de rendimento coletável introduzida pela Portaria n.º 322/2025/1, de 3 de outubro, como ainda a redução, já anteriormente determinada pela Lei n.º 55.º-A/2025, de 22 de julho, em 0,3 pontos percentuais das taxas normais do 2.º ao 5.º escalão - confrontar tabelas abaixo.

2025	
Rendimento coletável	Taxa normal
Até €8.059	12,50%
De mais de €8.059 até €12.160	16,00%
De mais de €12.160 até €17.233	21,50%
De mais de €17.233 até €22.306	24,40%
De mais de € 22 306 até € 28.400	31,40%
De mais de €28.400 até €41.629	34,90%
De mais de €41.629 até €44.987	43,10%
De mais de €44.987 até €83.696	44,60%
Superior a €83.696	48,00%

Mínimo de existência

De acordo com a PL OE 2026, o valor de referência do mínimo de existência passa a ser igual ao maior valor entre €12.880 e 1,5 x 14 x IAS (Indexante de apoios sociais). Esta alteração decorre da atualização do valor da retribuição mínima mensal que se prevê que passe de €870 para €920, segundo o acordo tripartido sobre valorização salarial firmado em sede de Concertação Social.

PL OE 2026	
Rendimento coletável	Taxa normal
Até €8.342	12,50%
De mais de €8.342 até €12.587	15,70%
De mais de €12.587 até €17.838	21,20%
De mais de €17.838 até €23.089	24,10%
De mais de € 23.089 até € 29.397	31,10%
De mais de €29.397 até €43.090	34,90%
De mais de €43.090 até €46.566	43,10%
De mais de €46.566 até €86.634	44,60%
Superior a €86.634	48,00%

1 IRS
Imposto sobre o Rendimento das pessoas singulares

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

Isenção de IRS e de Segurança Social sobre prémios de produtividade, desempenho, participações nos lucros e gratificações de balanço

A PL OE 2026 mantém a isenção de IRS e de Segurança Social aplicável a prémios de produtividade, desempenho, participações nos lucros e gratificações de balanço, com o limite de 6% da retribuição base anual do trabalhador, tendo por base os critérios de aplicação do incentivo fiscal à valorização salarial.

Adicionalmente, a PL OE 2026 reduz, de 4,7% para 4,6%, a percentagem de aumento (i) da retribuição base anual média na empresa e (ii) da retribuição base anual dos trabalhadores que auferiram um valor inferior ou igual à retribuição base média anual da empresa, prevista no artigo 19.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais (“EBF”), referente ao incentivo fiscal à valorização salarial, mantendo-se as restantes condições anteriormente previstas.

A PL OE 2026, à semelhança da Lei de Orçamento do Estado de 2025, prevê que a retenção na fonte sobre as importâncias pagas a título de prémios de produtividade, desempenho, participações nos lucros e gratificações de balanço deverá ser efetuada mediante aplicação da taxa correspondente à remuneração mensal do trabalho dependente referente ao mês em que aquelas importâncias são pagas ou colocadas à disposição.

Alterações fora da PL OE 2026 com impacto orçamental

Aumento das deduções associadas ao pagamento de rendas de habitação

Estão previstas alterações no IRS para 2026, decorrentes das medidas anunciadas recentemente no domínio da habitação, que contemplam o aumento das deduções em sede de IRS com rendas de habitação para €900 em 2026 e €1.000 em 2027 (atualmente de €700, podendo ser elevado para contribuintes com um rendimento coletável inferior a €30.000, ou caso estes encargos derivem da transferência da residência permanente para um território do interior), sem que se tenha, contudo, previsto alterar o limite global das deduções à coleta.

Redução da taxa especial aplicável aos rendimentos prediais

No âmbito das propostas de alterações fiscais no domínio da habitação está ainda prevista a redução em 15 pontos percentuais da taxa de IRS, aplicável aos rendimentos prediais, passando de 25% para 10%, para os senhorios que pratiquem rendas moderadas (valor não superior a €2.300).

Alargamento do regime de reinvestimento

Prevê-se, ainda, no conjunto de medidas anunciadas no domínio da habitação, que a atual exclusão de IRS sobre as mais-valias realizadas com a venda de habitação própria e permanente, quando o respetivo valor de realização seja reinvestido em nova habitação própria e permanente (ou em outros casos elegíveis), seja alargada aos casos de reinvestimento em imóveis para arrendamento com rendas moderadas.

1 IRS
Imposto sobre o Rendimento das pessoas singulares

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

SS

Segurança Social e Prestações Sociais

1 IRS

2 SS
Segurança Social
e Prestações Sociais

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

Interconexão de dados

A PL OE 2026 determina que a Segurança Social poderá obter eletronicamente de entidades como a Autoridade Tributária e Aduaneira (“AT”), Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. e o Banco de Portugal, desde que com o intuito de administrar benefícios e prevenir fraudes, entre outras, a seguinte informação:

- ▶ Categorias de rendimentos;
- ▶ Valores declarados;
- ▶ Situação Tributária;
- ▶ Composição do agregado familiar;
- ▶ Informação cadastral;
- ▶ Exercício das responsabilidades parentais;
- ▶ Identificação do cabeça de casal do beneficiário falecido;
- ▶ Existência de bens imóveis e móveis sujeitos a registo.

Ainda assim, a proteção de dados pessoais é obrigatória em todos os processos de troca de informações, que serão regidos por protocolos específicos e utilizados para aprimorar a gestão de riscos.

Medidas de transparência contributiva

Com a PL OE 2026 mantém-se a possibilidade de divulgação da lista de devedores à segurança social, nos mesmos termos já previstos para os contribuintes que têm dívidas tributárias, prevendo-se, para o efeito, que a Segurança Social e a AT troquem informações, nomeadamente, quanto aos valores das prestações sociais pagas (incluindo pensões, bolsas de estudo ou subsídios de renda), aos valores dos rendimentos apresentados nos anexos A, B, C, D, J e SS da Declaração de IRS ou, ainda, os valores dos rendimentos das vendas de mercadorias e produtos e das prestações de serviços relevantes para o apuramento da obrigação contributiva das entidades contratantes.

Por outro lado, reforça-se uma vez mais a necessidade de existirem posições concertadas, entre a AT e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, quanto às dívidas de pessoas coletivas sujeitas a IRC que estejam em dificuldade económica.

Complemento solidário para idosos

De acordo com o Relatório do Orçamento de Estado para 2026 e conforme já anunciado pelo primeiro-ministro, o complemento solidário para idosos (“CSI”) deverá subir em €40, fixando-se em €670.

1 IRS

2 SS
Segurança Social
e Prestações Sociais

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

IRC

Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas



Clique aqui
Versão Podcast

Vozes geradas por Ai

1 IRS

2 SS

3 IRC

Imposto Sobre
o Rendimento das
Pessoas Coletivas

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

PL OE 2026

Tributação Autónoma

A PL OE 2026 adapta as normas de tributação autónoma de viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in às novas regras europeias, passando a prever a tributação às taxas reduzidas de 2,5%, 7,5% e 15% para viaturas homologadas de acordo com a norma “Euro 6e-bis” e com emissões até 80gCO(índice 2)/km, consoante o valor de aquisição seja, respetivamente, inferior a €37.500, igual ou superior a €37.500 e inferior a €45.000 e igual ou superior a €45.000.

Para o período de tributação de 2026 deixa de estar prevista a possibilidade de não agravamento das taxas de tributação autónoma em 10 pontos percentuais no caso de sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal, salvo quando tal se verificar no período de tributação de início de atividade e no seguinte.

Obrigações acessórias

A PL OE 2026 adia novamente a entrega do ficheiro SAFT (PT) relativo à contabilidade para os períodos de 2027 e seguintes, a entregar em 2028 e em períodos seguintes.

Quanto à obrigação de valorização dos inventários, ficam dispensados da sua apresentação todos os sujeitos passivos relativamente ao período de tributação com início em ou após 1 de janeiro de 2025 e, relativamente ao período de tributação com início em ou após 1 de janeiro de 2026, apenas os sujeitos passivos que não estejam obrigados a inventário permanente.

Alterações fora da PL OE 2026 com impacto orçamental

A taxa nominal de IRC é reduzida progressivamente para 17% até 2028

A Proposta de Lei n.º 16/XVII do Governo, aprovada no Parlamento, em 18 de setembro de 2025, prevê uma redução progressiva da taxa de IRC, fixando-a em 17% até 2028.

De acordo com o regime transitório previsto na referida proposta de lei, a taxa geral de IRC será reduzida para 19% em 2026, descendo para 18% em 2027 e atingindo finalmente os 17% em 2028. Esta alteração aplica-se tanto aos sujeitos passivos que exerçam, como aos que não exerçam, direta e principalmente, uma atividade económica de natureza agrícola, comercial ou industrial.

No caso de sujeitos passivos que exerçam, diretamente e, a título principal, uma atividade económica de natureza agrícola, comercial ou industrial, que sejam qualificados como pequena ou média empresa ou empresa de pequena-média capitalização (Small Mid Cap), nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, a taxa de IRC aplicável aos primeiros €50.000 de matéria coletável será de 15% (atualmente 16%) já a partir de 2026, aplicando-se a taxa geral de IRC ao excedente.

1 IRS

2 SS

3 IRC
Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

IVA

Imposto Sobre o Valor Acrescentado



Clique aqui
Versão Podcast

Vozes geradas por Ai

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 **IVA**
Imposto Sobre
o Valor Acrescentado

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

PL OE 2026

Aplicação da taxa reduzida de IVA às operações de transformação de azeitona em azeite

A PL OE 2026 prevê o alargamento do âmbito da verba 4.2 da lista I anexa ao Código do IVA, com vista a que as operações de transformação de azeitona em azeite passem a ser tributadas à taxa reduzida de IVA.

Deste modo, a aludida verba 4.2. referente a prestações de serviços que contribuem para a produção agrícola e aquícola passará a abranger, na sua alínea j):

- As operações de transformação de azeitona em azeite.

Manutenção por mais um ano da equiparação de faturas em ficheiro PDF a faturas eletrónicas

A PL OE 2026 consagra a prorrogação, até 31 de dezembro de 2026, da equiparação das faturas em ficheiro PDF a faturas eletrónicas, para todos os efeitos previstos na legislação fiscal.

Alterações fora da PL OE 2026 com impacto orçamental

Criação de um regime de grupos de IVA

A Proposta de Lei n.º 28/XVII/1, de 28 de agosto de 2025, visa a criação de um regime de grupos de IVA, assente na consolidação dos saldos de IVA por parte dos membros de um grupo societário, promovendo a convergência do tratamento fiscal dos grupos empresariais com os modelos já implementados em diversos Estados-Membros da União Europeia. Pretende-se com a medida gerar ganhos de eficiência na gestão da liquidez e permitindo uma afetação mais eficiente dos recursos financeiros ao desenvolvimento estratégico das operações do grupo.

Aplicação da taxa reduzida de IVA à construção e arrendamento habitacional

O Conselho de Ministros, reunido no dia 25 de setembro de 2025, aprovou um conjunto de medidas para promover a oferta e o acesso à habitação, no quadro da estratégia Construir Portugal, que têm como objetivo dinamizar e reforçar a oferta de habitação, em especial no mercado privado.

Pese embora ainda não seja conhecida em pormenor o teor da proposta de lei que o Governo submeterá à aprovação da Assembleia da República, do referido Comunicado de Conselho de Ministros, de 25 de setembro de 2025, destaca-se a proposta de aplicação da taxa reduzida de IVA de 6% na construção de habitações para venda a preços até €648.000 ou, no caso de arrendamento, para rendas até €2.300. Este regime deverá vigorar até 2029.

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA
Imposto Sobre o Valor Acrescentado

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

IEC

Impostos Especiais de Consumo



Clique aqui
Versão Podcast

Vozes geradas por Ai

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 **IEC**
Impostos Especiais
de Consumo

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

A PL OE 2026 não prevê qualquer aumento das taxas em sede dos IECs.

Imposto sobre o álcool, as bebidas alcoólicas e as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes ("IABA")

A PL OE 2026 prevê a prorrogação até 31 de dezembro de 2026, da manutenção em 25% da taxa normal aplicável às bebidas espirituosas, relativamente aos licores e os «crème de», bem como às aguardentes destiladas e aguardente de frutos, nos termos e com as características do Regulamento (CE) n.º 110/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de janeiro de 2008, desde que fabricados exclusivamente a partir de frutos do medronheiro (*Arbutus unedo*), produzidos e destilados nos concelhos de Albufeira (freguesia de Paderne), Alcoutim, Alijó, Aljezur, Almodôvar, Alvaiázere, Ansião, Arganil, Barrancos, Castanheira de Pera, Castelo Branco, Castro Marim, Covilhã, Faro (freguesias de Santa Bárbara de Nexe e União das Freguesias de Conceição e Estoi), Ferreira do Zêzere, Figueiró dos Vinhos, Fundão, Góis, Lagos (freguesias de Odiáxere e União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João), Loulé (freguesias de Alte, Ameixial, Boliqueime, Salir, São Clemente e São Sebastião e União das Freguesias de Querença, Tôr e Benafim), Lousã, Mação, Mértola, Miranda do Corvo, Monchique, Moura, Odemira, Oleiros, Ourique, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penacova, Penamacor, Penela, Portalegre, Portel, Portimão (freguesias de Mexilhoeira Grande e Portimão), Proença-a-Nova, São Brás de Alportel, Sardoal, Seia, Sertão, Silves, Tavira (freguesias de Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo, União das Freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago) e União das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira), Vila de Rei, Vila do Bispo e Vila Velha de Ródão.

Imposto sobre o Tabaco ("IST")

A PL OE 2026 prevê o alargamento da incidência objetiva do IST, o qual passa a abranger as bolsas de nicotina, que corresponderão ao produto, contendo nicotina natural, acondicionado individualmente em saquetas ou outros dispositivos unitários, que contenham até 12 mg de nicotina e não contenham qualquer forma de tabaco, destinado a ser colocado na cavidade oral, libertando nicotina que é absorvida pelas mucosas.

Neste contexto, a PL OE 2026 estabelece que o IST incidente sobre as bolsas de nicotina reveste a forma específica, tendo por unidade tributável o grama, com a taxa de IST correspondente a €0,065/g. Em particular, estabelece regras ao nível dos arredondamentos do peso das embalagens individuais, expresso em gramas que constitua um número decimal, no sentido em que esse peso é arredondado:

- Por excesso, para o número inteiro imediatamente superior, quando o algarismo da primeira casa decimal for igual ou superior a cinco;
- Por defeito, para o número inteiro imediatamente inferior, nos restantes.

Em consonância com este alargamento da base tributável, ao nível das regras especiais de introdução no consumo, as regras de condicionamento previstas para diversos produtos sujeitos ao Código dos IECs não abrangem as bolsas de nicotina.

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC
Impostos Especiais
de Consumo

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

Igualmente, a PL OE 2026 prevê estender às bolsas de nicotina as atuais regras de comunicação e dizeres de embalagens aplicáveis aos outros produtos sujeitos a IST, bem como, as regras de circulação aplicáveis às folhas de tabaco destinadas a venda ao público, ao rapé, ao tabaco de mascar, ao tabaco aquecido e ao líquido para cigarros eletrónicos.

Não obstante, a PL OE 2026 prevê a inclusão das bolsas de nicotina (até 20 g) na isenção, já aplicável aos produtos contidos na bagagem pessoal dos viajantes provenientes de países ou territórios terceiros, em recipientes utilizados para carga e recarga de cigarros eletrónicos (como o rapé, o tabaco de mascar, o tabaco aquecido e os líquidos para cigarros eletrónicos).

A PL OE 2026 prevê a consignação de IST, até ao limite de 5% da totalidade da receita obtida, no montante a definir por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, à execução de políticas ativas para a prevenção e controlo do tabagismo, centralizada na ACSS, I. P., e aos serviços regionais de saúde das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, conforme a circunscrição onde sejam introduzidas no consumo.

Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos (“ISPE”)

A PL OE 2026 mantém a norma de eliminação gradual das isenções prejudiciais relativamente aos produtos petrolíferos e energéticos classificados e abrangidos pelos códigos NC 2710, 19 62 a 2710 19 67 e NC 2710 20 32 e NC 2710 20 38, que sejam utilizados na produção de eletricidade, de eletricidade e calor (cogeração), ou de gás de cidade no continente, sendo tributados com uma taxa correspondente a 100% da taxa de ISPE e com uma taxa correspondente a 100% da taxa de adicionamento sobre as emissões de CO2.

Prevê-se que, durante o ano de 2026, os produtos classificados e abrangidos pelos códigos NC 2707 99 99, NC 2710 19 43 a 2710 19 48, NC 2710 20 11 a 2710 20 19, NC 2710 19 62 a 2710 19 67, NC 2710 20 32 e 2710 20 38, consumidos nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, utilizados na produção de eletricidade, de eletricidade e calor (cogeração) ou de gás de cidade, por entidades que desenvolvam essas atividades como sua atividade principal, sejam tributados com uma taxa correspondente a 100% da taxa de ISPE e com uma taxa correspondente a 100% da taxa de adicionamento sobre as emissões de CO2, quando utilizados e consumidos no continente.

Relativamente aos produtos classificados pelo código NC 2711, utilizados na produção de eletricidade, de eletricidade e calor (cogeração) ou de gás de cidade, por entidades que desenvolvam essas atividades como sua atividade principal, com exceção dos usados nas regiões autónomas, devem continuar a ser tributados com uma taxa correspondente a 50% da taxa de ISPE e com uma taxa correspondente a 50% da taxa de adicionamento sobre as emissões de CO2.

A PL OE 2026 vem estabelecer ainda que, durante o ano de 2026, os produtos energéticos classificados pelos códigos NC 2701, 2702, 2704, 2713 e 2711 12 11, e o fuelóleo com teor de enxofre igual ou inferior a 0,5%, classificado pelos códigos NC 2710 19 62 e NC 2710 19 66, utilizados em instalações sujeitas a um acordo de racionalização dos consumos de energia (ARCE), serão tributados com uma taxa correspondente a 100% da taxa de adicionamento sobre as emissões de CO2.

A PL OE 2026 vem determinar que todos os produtos energéticos abrangidos pela norma de eliminação utilizados em instalações abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (“CELE”), incluindo as abrangidas pela Exclusão Opcional prevista no CELE, não estão sujeitos à taxa de adicionamento sobre as emissões de CO2.

Ainda relativamente ao mesmo conjunto de produtos energéticos abrangidos pela norma transitória, a PL OE 2026 estabelece que as percentagens das taxas de tributação que se encontram previstas não se aplicam aos biocombustíveis, biometano, hidrogénio verde e outros gases renováveis que beneficiem da isenção do imposto.

A receita obtida em sede de ISPE relativa a introduções no consumo ocorridas em território continental será consignada em 50% ao Sistema Elétrico Nacional (“SEN”) ou para a redução do défice tarifário do setor elétrico, no mesmo exercício da sua cobrança, e 50% para as restantes finalidades e objetivos do Fundo Ambiental.

As receitas acima identificadas deverão ser consignadas ao Fundo Ambiental e/ou medidas de apoio à ação climática.

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC
Impostos Especiais
de Consumo

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

A PL OE 2026 prevê que a receita obtida com o ISPE cobrado sobre gasóleo colorido e marcado seja consignada, até ao montante de € 10.000.000 ao financiamento da contrapartida nacional dos programas PDR 2020, PEPAC 23.27, MAR 2020 e MAR 2030, preferencialmente em projetos dirigidos ao apoio à agricultura familiar e à pesca tradicional e costeira, na proporção dos montantes dos fundos europeus envolvidos.

Por outro lado, a receita parcial do ISPE cobrado sobre a gasolina, o gasóleo rodoviário e o gasóleo colorido e marcado é consignada, no montante de € 30.000.000 anuais, ao Fundo Ambiental e respetivas áreas de atuação previstas na lei.

A PL OE 2026 vem estabelecer a atualização dos intervalos mínimo e máximo das taxas unitárias do ISPE aplicáveis na ilha de São Miguel, aos seguintes produtos e respetivos códigos de nomenclatura pautal:

- ▶ Gasolina com chumbo (2710 12 51 a 2710 12 59), entre €747,50 e €747,50;
- ▶ Gasolina sem chumbo (2710 12 41 a 2710 12 49), entre €359,00 e €747,50;
- ▶ Petróleo (2710 19 21 a 2710 19 25), entre €302,00 e €460,00;
- ▶ Gasóleo (2710 19 43 a 2710 19 48, 2710 20 11 a 2710 20 19), entre €278,00 e €460,00;
- ▶ Gasóleo colorido e marcado e colorido (2710 19 43 a 2710 19 48 e 2710 20 11 a 2710 20 19), entre €1,00 e €229,08;
- ▶ Fuelóleo com teor de enxofre superior a 1% (2710 19 68 e 2710 20 39), entre €15,00 e €44,92;

- ▶ Fuelóleo com teor de enxofre igual ou inferior a 1% (2710 19 62 a 2710 19 64, 2710 20 31 a 2710 20 35), entre €15,00 e €39,93;
- ▶ Eletricidade (2716), entre €1,00 e €1,10.

Por último e a título transitório, a PL OE 2026 prevê, durante o ano de 2026 que o gasóleo colorido e marcado pode ainda ser consumido por veículos utilizados pelas equipas de sapadores florestais integradas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, de acordo com as formalidades e os procedimentos aplicáveis ao reconhecimento e controlo do benefício tal como definidos por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas finanças, administração interna, florestas e energia.

Imposto sobre Veículos (“ISV”)

A PL OE 2026 vem estender a aplicação de uma taxa intermédia de 25% (já aplicável aos automóveis ligeiros de passageiros matriculados noutro Estado-Membro da União Europeia entre 1 de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2020, equipados com motores híbridos plug-in, cuja bateria possa ser carregada através de ligação à rede elétrica e que tenham uma autonomia mínima, no modo elétrico, de 25 km), a todos aqueles homologados de acordo com a norma de emissões “Euro 6e-bis”, nos termos do Regulamento (UE) 2023/443 da Comissão de 8 de fevereiro de 2023, que altera o Regulamento (UE) 2017/1151 no que diz respeito aos procedimentos de homologação das emissões dos veículos ligeiros de passageiros e comerciais, a 80gCO(índice 2)/km.

Imposto único de Circulação (“IUC”)

A PL OE 2026 não prevê qualquer aumento generalizado das taxas em sede de IUC, prevendo, contudo, a manutenção do adicional de IUC para os veículos a gasóleo enquadráveis nas categorias A e B, durante o ano de 2026.

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC
Impostos Especiais
de Consumo

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

Apoio a agricultores, aquicultores e pescadores

Mantém-se em vigor, durante o ano de 2026, a majoração aplicável aos subsídios relativos à utilização de gasóleo colorido e marcado pelos pequenos agricultores, detentores do estatuto de agricultura familiar, pequenos aquicultores e para a pequena pesca artesanal e costeira, com um consumo anual até 2.000 litros, de €0,062 por litro, daquele combustível utilizado na respetiva atividade, a conceder pela área governativa da agricultura e da alimentação.

Com a PL OE 2026, o subsídio referido no número anterior mantém-se como acrescido de €0,042 por litro, para os pequenos agricultores detentores de estatuto de agricultura familiar.

Ainda neste âmbito, continua a ser concedido, em 2026, um subsídio aos pequenos pescadores artesanais e costeiros, os pequenos aquicultores e às empresas de extração de sal marinho, os quais, têm assim direito aos seguintes subsídios:

- ▶ Subsídio sobre o número de litros de gasolina, consumida na respetiva atividade, equivalente ao que resulta da redução de taxa aplicável ao gasóleo consumido na pesca;
- ▶ Subsídio sobre o gás de petróleo liquefeito (GPL), consumido na respetiva atividade, equivalente ao que resulta da redução da taxa aplicável ao gasóleo consumido na pesca.

Os critérios para identificação dos beneficiários, determinação do montante em função do número de marés e do consumo de combustível e os procedimentos para a concessão dos subsídios, são definidos por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da agricultura e da alimentação.

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC
Impostos Especiais de Consumo

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

TI

Tributação do Imobiliário



Clique aqui
Versão Podcast

Vozes geradas por Ai

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

Tributação
do Imobiliário

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

PL OE 2026

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (“IMT”)

Atualização dos escalões de IMT

A PL OE 2026 revê os escalões sobre os quais incide o IMT no âmbito da aquisição de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, correspondendo a uma atualização de 2%, para os montantes que constam da tabela ao lado:

Valor sobre que incide o IMT	Taxas percentuais	
	Marginal	Média*
Até €106.346	0	0
De mais de €106.346 até €145.470	2	0,5379
De mais de €145.470 e até €198.347	5	1,7274
De mais de €198.347 e até €330.539	7	3,8361
De mais de €330.539 e até €660.982	8	-
De mais de €660.982 e até €1.150.853	6 (taxa única)	
Superior a €1.150.853	7,5 (taxa única)	

*No limite superior do escalão

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI
Tributação do Imobiliário

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

A PL OE 2026 revê igualmente e na mesma medida (i.e., em 2%) os escalões sobre os quais incide o IMT aplicáveis na aquisição de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, quando adquiridos por sujeitos passivos com idade igual ou inferior a 35 anos e que preencham as demais condições necessárias à isenção aplicável à aquisição de imóveis por jovens, para os seguintes montantes que constam da tabela ao lado:

Adicionalmente, a PL OE 2026 revê igualmente em 2% os escalões sobre os quais incide o IMT, no âmbito da aquisição de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação, não abrangidas pelos casos acima mencionados (i.e., para outros fins que não a habitação própria e permanente), para os seguintes montantes que constam da tabela ao lado:

Valor sobre que incide o IMT(em euros)	Taxas percentuais	
	Marginal	Média*
Até €330.539	0	0
De mais de €330.539 e até €660.982	8	-
De mais de €660.982 e até €1.150.853	6 (taxa única)	
Superior a €1.150.853	7,5 (taxa única)	

*No limite superior do escalão

Valor sobre que incide o IMT	Taxas percentuais	
	Marginal	Média
Até €106.346	0	0
De mais de €106.346 até €145.470	2	1,2689
De mais de €145.470 e até €198.347	5	2,2636
De mais de €198.347 e até €330.539	7	4,1578
De mais de €330.539 e até €633.931	8	-
De mais de €633.931 e até €1.150.853	6 (taxa única)	
Superior a €1.150.853	7,5 (taxa única)	

*No limite superior do escalão

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI
Tributação do Imobiliário

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

Incentivo ao emparcelamento de prédios rústicos

A PL OE 2026 vem manter, para o ano de 2026, o âmbito de aplicação das isenções de IMT, de Imposto do Selo e emolumentos nas transferências de imóveis necessárias ao emparcelamento de prédios rústicos contíguos ou confinantes, de um mesmo proprietário, ao permitir que as mesmas se apliquem qualquer que seja a afetação económica dos prédios rústicos.

Para beneficiar das isenções acima, o processo deve ser acompanhado dos documentos que comprovem que:

- ▶ O requerente é titular do direito de propriedade dos prédios rústicos a emparcelar
- ▶ Os prédios rústicos a emparcelar são contíguos ou confinantes.

Alterações fora da PL OE 2026 com impacto orçamental

Pacote Construir Portugal

Isenção parcial de IRC no arrendamento a renda moderada

Prevê-se uma isenção de 50% sobre os rendimentos prediais obtidos por pessoas coletivas decorrentes de contratos de arrendamento habitacional com renda moderada (valor não superior a €2.300).

Adicionalmente, é expectável que se mantenha a isenção atualmente em vigor para rendas de valor 20% abaixo da mediana do concelho.

Taxa reduzida de tributação sobre rendimentos distribuídos por Organismos de Investimento Coletivo

Pese embora não se saiba, ainda, qual o âmbito de aplicação, prevê-se uma taxa reduzida de 5% aplicável a rendimentos distribuídos por Organismos de Investimento Coletivo que invistam em imóveis para arrendamento de rendas moderadas.

Aumento do limite de dedução à coleta de IRS de encargos suportados com rendas

Prevê-se um aumento do limite máximo da dedução à coleta de IRS dos encargos suportados com rendas pelo arrendamento de habitação permanente, de €700 para €900, em 2026. É igualmente expectável um aumento deste limite para os €1.000 em 2027.

Redução da taxa de IRS sobre rendimentos prediais decorrentes de contratos de arrendamento com renda moderada

É proposta uma taxa reduzida de IRS de 10% sobre as rendas auferidas por pessoas singulares, decorrentes de contratos de arrendamento habitacional com renda moderada, o que representa uma redução de 15 pontos percentuais face à taxa geral aplicável a rendimentos prediais decorrentes de contratos de arrendamento, de 25%.

Prevê-se, ainda, que seja mantida a isenção de IRS atualmente em vigor sobre rendimentos prediais decorrentes de contratos de arrendamento com rendas de valor que se situe 20% abaixo da mediana do concelho.

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI
Tributação do Imobiliário

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

Mais-valias com a venda de habitação própria e permanente: reinvestimento do valor de realização

É proposto que o regime de exclusão de IRS sobre mais-valias realizadas com a venda de habitação própria e permanente, quando o respetivo valor de realização seja reinvestido em nova habitação própria e permanente (ou em outros casos elegíveis), seja alargado para os casos em que o reinvestimento seja realizado na aquisição de imóveis para habitação permanente sujeitos a contratos de arrendamento com renda moderada.

Aplicação da taxa reduzida de IVA à construção e arrendamento habitacional

Prevê-se a aplicação da taxa reduzida de IVA de 6% na aquisição de serviços de construção civil no âmbito de projetos de construção ou reabilitação de imóveis habitacionais, em qualquer região do território português, que sejam vendidos por valor que não exceda €648.000 ou objeto de contratos de arrendamento com renda moderada.

É expectável que este regime vigore até 2029.

Isenção de IMI sobre imóveis habitacionais afetos a arrendamento com renda moderada

É proposta uma isenção total de IMI, por um período até oito anos, sobre imóveis habitacionais objeto de contratos de arrendamento com renda moderada.

A partir do 9.º ano, é proposta uma isenção de 50% do imposto.

Isenção do Adicional ao IMI sobre imóveis habitacionais afetos a arrendamento com renda moderada

Prevê-se uma isenção do Adicional ao IMI sobre imóveis sujeitos a este imposto (i.e., terrenos para construção ou imóveis habitacionais) que sejam objeto de contratos de arrendamento com renda moderada.

Isenção de IMT na compra de imóveis habitacionais para arrendamento com renda moderada

É proposta uma isenção de IMT na aquisição de imóveis habitacionais objeto de contratos de arrendamento com renda moderada.

Agravamento de IMT na compra de imóveis habitacionais por não residentes

Prevê-se um agravamento da taxa de IMT na aquisição de imóveis habitacionais por pessoas singulares não residentes em Portugal, excluindo emigrantes portugueses.

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI
Tributação do Imobiliário

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

IS

Imposto do Selo

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS
Imposto do Selo

8 EBF

9 C&T

10 CF

Não prorrogação das isenções de Imposto do Selo na renegociação de crédito à habitação

A isenção de Imposto do Selo aplicável a operações de renegociação de contratos de crédito à habitação, introduzida em 2023 e prorrogada nos anos de 2024 e 2025, cessará a sua vigência em 2026, uma vez que a PL OE 26 não contempla a sua prorrogação.

Consequentemente, as operações de reestruturação de créditos à habitação que envolvam, designadamente, o alargamento do prazo contratual ou o refinanciamento da dívida deixarão de beneficiar da referida isenção, passando a estar sujeitas a Imposto do Selo nos termos gerais.

Garantias a favor do Estado

A PL OE 2026 estabelece uma isenção de Imposto do Selo para a constituição de garantias a favor do Estado quando realizadas no âmbito da recuperação de créditos e outros ativos financeiros do Estado.

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

Imposto do Selo

8 EBF

9 C&T

10 CF

EBF

Estatuto dos Benefícios Fiscais

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF
Estatuto dos
Benefícios Fiscais

9 C&T

10 CF

Incentivo fiscal à valorização salarial

A PL OE 2026 propõe a alteração do artigo 19.º-B do EBF que estabelece o incentivo fiscal à valorização salarial, passando a prever que os encargos correspondentes ao aumento salarial relativo a trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado, sejam considerados em 200% do respetivo montante, contabilizado como custo do exercício, desde que:

- ▶ O aumento da retribuição base anual média na empresa, por referência ao final do ano anterior de, no mínimo, 4,6% (em 2025, 4,7%), e;
- ▶ O aumento da retribuição base anual dos trabalhadores que auferiram um valor inferior ou igual à retribuição base média anual da empresa no final do ano anterior de, no mínimo, 4,6% (em 2025, 4,7%).
- ▶ Não estão previstas pela PLOE 2026 alterações às restantes condições de aplicação do benefício.

Prorrogação de benefícios fiscais

A PL OE 2026 prorroga até 31 de dezembro de 2026, os benefícios fiscais relativos a:

- ▶ Deduções no âmbito de parcerias de títulos de impacto social;
- ▶ Empréstimos externos e rendas de locação de equipamentos importados;
- ▶ Serviços financeiros de entidades públicas;
- ▶ Swaps e empréstimos de instituições financeiras não residentes;
- ▶ Depósitos de instituições de crédito não residentes;
- ▶ Operações de reporte com instituições financeiras não residentes;
- ▶ Entidades gestoras de denominações de origem e indicações geográficas;
- ▶ Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos;
- ▶ Coletividades desportivas, de cultura e recreio;
- ▶ Associações e confederações;
- ▶ Baldios;
- ▶ Incentivos fiscais à atividade silvícola;
- ▶ Entidades de gestão florestal e unidades de gestão florestal;
- ▶ Dedução de donativos para efeitos da determinação do lucro tributável das empresas;

- ▶ Deduções de donativos à coleta do IRS, e;
- ▶ IVA - Transmissões de bens e prestações de serviços a título gratuito.

A prorrogação em apreço visa a revisão dos benefícios fiscais em causa no quadro de avaliação destes mesmos benefícios fiscais a realizar no ano de 2026.

Não prorrogação de benefícios fiscais

Não foi prorrogado o regime extraordinário de apoio a encargos suportados na produção agrícola, o qual previa a majoração em 40% de alguns gastos e perdas incorridos ou suportados pelo sujeito passivo, quando utilizados no âmbito das atividades de produção agrícola.

Adicionalmente, a PL OE 2026 também não prevê a prorrogação dos seguintes benefícios fiscais:

- ▶ Regime fiscal dos empréstimos externos representativos de contratos de empréstimo Schuldscheindarlehen;
- ▶ Regime especial em IRC e IRS relativo às embarcações eletrossolares ou exclusivamente elétricas.

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF
Estatuto dos
Benefícios Fiscais

9 C&T

10 CF

C&T

Contribuições e Taxas

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T
Contribuições e Taxas

10 CF

A PL OE 2026 prevê a manutenção da vigência em 2026 das contribuições extraordinárias (i) sobre o setor bancário, (ii) sobre a indústria farmacêutica, (iii) sobre os fornecedores da indústria de dispositivos médicos do Serviço Nacional de Saúde e (iv) sobre o setor energético (“CESE”).

No entanto, a PL OE 2026 vem revogar o adicional de solidariedade sobre o setor bancário.

Relativamente à CESE, a PL OE 2026 prevê a introdução de alterações ao seu regime, destacando-se:

- ▶ A revogação do artigo 2.º, alínea d), deixando esta contribuição de se aplicar às entidades concessionárias das atividades de transporte, de distribuição ou de armazenamento subterrâneo de gás natural;
- ▶ A delimitação dos períodos de tributação respeitantes às despesas de investimento relativas aos elementos do ativo fixo tangível afetos à exploração ao abrigo do regime europeu para a promoção do investimento sustentável, nos

termos legalmente previstos, considerando-se os que se iniciem em 2024 e em 2025;

- ▶ A não consideração dos elementos do ativo afetos à exploração de rede de transporte e distribuição da energia elétrica, e, para este efeito, apenas serão consideradas as despesas de investimento relativas a ativos fixos tangíveis adquiridos em estado de novo, construídos ou na parte em que sejam ampliados, nos períodos de tributação que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2026.

À semelhança do ano anterior, a PL OE 2026 opta igualmente por não atualizar os valores mensais da contribuição sobre o audiovisual.

A PL OE 2026 estabelece que a taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação do subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores.

Finalmente, a PL OE 2026 vem atualizar em 4% um conjunto de taxas ambientais, identificadas na Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, na sua redação atual (artigo 319.º).

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T
Contribuições e Taxas

10 CF

CF

Contencioso Fiscal

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

Contencioso Fiscal

PL OE 2026

Ativos e créditos da segurança social

A PL OE 2026 mantém a possibilidade de serem anulados créditos e débitos da segurança social para os quais já não exista justificação, bem como aqueles que estejam insuficientemente documentados ou que, em face da inexistência de bens penhoráveis do devedor, sejam considerados como irrecuperáveis. A mesma situação poder-se-á verificar quanto a dívidas de contribuições, prestações ou rendas com 20 ou mais anos ou com 10 ou mais anos e que tenham um valor pouco expressivo (inferior a €50).

Preferência dos municípios na venda de imóveis penhorados em processo de execução fiscal

A PL OE 2026 mantém, também, o direito de preferência dos municípios na compra e venda ou dação em cumprimento de imóveis penhorados em processo de execução fiscal, situados na área do respetivo município, o qual será graduado imediatamente acima do direito de preferência conferido ao proprietário do solo.

Medidas relevantes não constantes da PL OE 2026

É importante sublinhar esta PL OE 2026 não contém, nem promove, ao contrário do que sucedeu em anos anteriores, alterações ao regime do Procedimento e do Processo Tributário.

Isto deve-se, sobretudo, ao facto de ter sido constituída uma Comissão para a Revisão do Processo e Procedimento Tributário e das Garantias dos Contribuintes, que apresentou recentemente ao Governo um conjunto de propostas legislativas nessa área (mais precisamente uma proposta com 90 medidas), cujos objetivos principais foram o reforço

das garantias dos contribuintes e a maior celeridade e e eficácia do procedimento e do processo tributário. São assim esperadas alterações legislativas nestas matérias, tendo a própria Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais já anunciado a intenção de, por exemplo, serem implementadas medidas de redução da litigância fiscal. Para além disso, já foi também anunciado que o Governo está a estudar a criação uma forma alternativa de resolução de litígios fiscais com as empresas, por forma a incentivar consensos e acordos extrajudiciais.

Em concreto, as medidas mais relevantes, proposta pela referida Comissão, foram as seguintes:

- ▶ Diminuição da litigância: prevê-se que, tanto os contribuintes, como a Autoridade Tributária e Aduaneira, possam ser sancionados com o pagamento de multas, em situações de litigância de má-fé ou em que adotem um comportamento abusivo, nomeadamente, quanto atuem contra informações vinculativas previamente emitidas ou contra orientações genéricas da própria Autoridade Tributária e Aduaneira;
- ▶ Revisão Oficiosa: prevê-se que os contribuintes possam requerer a revisão oficiosa de atos tributários, no prazo de 4 anos, sem ser necessário demonstrar a existência de erro imputável à Autoridade Tributária e Aduaneira;

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF

Contencioso Fiscal

- ▶ Prazos: (i) iniformização do prazo de impugnação judicial e do prazo para apresentação de pedido arbitral para o CAAD, passando a ser de 4 meses em ambos os casos; (ii) a Autoridade Tributária e Aduaneira passa a ter, unicamente, um prazo de 90 dias para executar as decisões judiciais/ arbitrais; (iii) harmonização do prazo de reclamação graciosa, no caso de retenção na fonte ou dispensa total ou parcial de retenção na fonte sobre rendimentos auferidos por entidades não residentes, passando os 2 anos a ser contados do dia 20 de janeiro do ano seguinte; (iv) possibilidade de interposição de impugnação judicial, em caso de presunção de indeferimento tácito, até que o contribuinte seja notificado da decisão final do procedimento;
- ▶ Prescrição: fixação de um prazo máximo de 20 anos, para a prescrição de dívidas fiscais, eliminando assim o efeito das interrupções, que impediam, em muitos casos, a efetiva prescrição no prazo legal;
- ▶ Juros: (i) prevê-se um prazo máximo de contagem de juros de mora, de 3 anos, salvo nos casos de pagamento da dívida é feito em prestações, em que prazo máximo de contagem passa para 5 anos; (ii) clarifica-se que a contagem de juros indemnizatórios cessa apenas com o pagamento do imposto e estabelece-se que haverá direito ao pagamento destes juros sempre que se determine que o erro não é imputável ao sujeito passivo (e não apenas quando é imputável aos serviços);
- ▶ Arbitragem Tributária: (i) equiparação das competências dos tribunais arbitrais às dos tribunais tributários no processo de impugnação judicial; (ii) transformação do atual recurso para uniformização de jurisprudência em recurso excecional de revista com fundamento em oposição de julgados (introduzindo um pressuposto adicional para a interposição deste recurso);

- ▶ Resolução de Litígios Internacionais: sugere-se a inclusão de um novo procedimento para a resolução de litígios internacionais resultantes da interpretação e aplicação de acordos e convenções internacionais para evitar dupla tributação. Prevê-se a possibilidade de o contribuinte solicitar à Autoridade Tributária e Aduaneira a instauração do procedimento, sem preclusão dos demais procedimentais a processuais legalmente previstos.

1 IRS

2 SS

3 IRC

4 IVA

5 IEC

6 TI

7 IS

8 EBF

9 C&T

10 CF
Contencioso Fiscal



EY | Building a better working world

Sobre a EY

A EY tem como propósito construir um mundo melhor de negócios, ajudando a criar valor a longo prazo para os seus clientes, colaboradores e a sociedade, bem como a gerar confiança nos mercados.

Dotados de informação e de tecnologia, várias equipas da EY, em mais de 150 países, asseguram confiança através da auditoria e ajudam os seus clientes a crescer, transformar e operar.

All in para moldar o futuro com confiança.

Através de serviços de auditoria, consultoria, fiscalidade, transações, estratégia e serviços jurídicos, as equipas da EY pretendem colocar melhores perguntas para encontrar novas respostas para as complexas questões que o nosso mundo enfrenta hoje.

EY refere-se à organização global, e pode referir-se a uma ou mais firmas-membro da Ernst & Young Global Limited, cada uma das quais uma entidade juridicamente distinta. A Ernst & Young Global Limited, firma sediada no Reino Unido, limitada por garantia, não presta serviços a clientes. Informações sobre como a EY recolhe e utiliza dados pessoais e uma descrição dos direitos que os titulares dos dados têm ao abrigo da legislação de proteção de dados estão disponíveis em https://www.ey.com/pt_pt/legal-and-privacy/privacy-statement.

As firmas-membro da EY não prestam serviços jurídicos quando tal seja vedado pela legislação local. Para mais informação sobre a nossa organização, por favor visite [ey.com](https://www.ey.com).

© 2025 Ernst & Young S. A.
Todos os direitos reservados.

Este material foi preparado para fins meramente informativos e não se destina a ser considerado como aconselhamento contabilístico, fiscal, ou outro aconselhamento profissional. Por favor consulte-nos para aconselhamento específico.